

Vida e ausência de direitos dos indígenas urbanos: estudo de caso do povo Xavante em Barra do Garças-MT¹

Life and absence of rights urban indigenous people: a case study with the Xavante in Barra do Garças, MT

Vida y ausencia de derechos de los indígenas urbanos: estudio de caso del pueblo Xavante en Barra do Garças-MT

José Dantas²
Lorraine Gomes da Silva³

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a situação socioeconômica e cultural do povo Xavante que vive na cidade de Barra do Garças-MT. No estado de Mato Grosso, a população indígena, segundo o IBGE (2022a), é de 58.231, e no município de Barra do Garças, é de 4.493 indígenas (IBGE, 2023). É sabido que o deslocamento indígena para as cidades é uma decisão difícil para esses povos, que têm modos de vida específicos em seus territórios. A pesquisa é qualitativa, cuja metodologia é o estudo de caso e o trabalho de campo, com realização de entrevistas e registros fotográficos, que foram procedimentos metodológicos essenciais. A pesquisa revelou a insatisfação do Povo Xavante com os serviços públicos oferecidos pelos governos: municipal, estadual e federal, como também o preconceito dos não indígenas para com os Xavante, que vivem em condições precárias de moradia, vítimas da segregação dos espaços públicos.

Palavras-chave: povo Xavante; indígenas urbanos; políticas públicas.

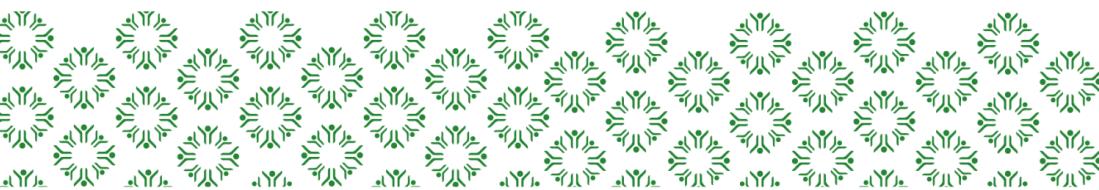
ABSTRACT

The present study aimed to understand the socioeconomic and cultural situation of the Xavante people living in the town of Barra do Garças, MT. In the state of Mato Grosso, the indigenous population, according to IBGE (2022a) is 58,231, and 4,493 of them live in Barra do

¹ Esta pesquisa foi realizada pelo Programa de Pós-Graduação em geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), câmpus Cora Coralina e defendida em 2023. Na UEG não é obrigatório passar pelo Comitê de Ética, portanto, a presente pesquisa não passou, teve livre consentimento dos participantes. O PPGEO, junto à Pró-reitoria de Pesquisa da UEG, apoiou financeiramente a participação da orientadora no evento na Universidade de Londrina (UEL), em abril de 2024, onde a presente pesquisa foi apresentada e, agora, divulgada em forma de artigo.

² Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás, câmpus Cora Coralina (PPGEO). Professor da Rede estadual de ensino de MT DRE Barra do Garças, jose.elenildo.dantas@edu.mt.gov.br, <https://orcid.org/0009-0007-8584-3718>.

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás, câmpus Cora Coralina, da graduação e mestrado em Geografia (PPGEO), lornanegomes@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3760-3705>



Garças (IBGE, 2023). It is well-known that indigenous migration to urban areas represents a challenging decision for these peoples, who maintain specific ways of life within their territories. This qualitative research was carried out as a case study and included fieldwork, with interviews and photographic documentation, essential methodological procedures. The study revealed dissatisfaction of the Xavante people with public services provided by municipal, state and federal governments, as well as non-indigenous populations' prejudice against the Xavante, living in precarious housing conditions and experience segregation in public spaces.

Keywords: *Xavante people; urban indigenous people; public policies.*

RESUMEN

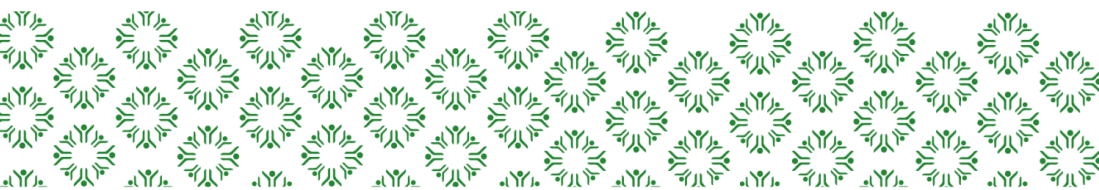
La presente investigación tuvo como objetivo comprender la situación socioeconómica y cultural del pueblo Xavante que vive en la ciudad de Barra do Garças-MT. En el estado de Mato Grosso, la población indígena, según el IBGE (2022a), es de 58.231, y en el municipio de Barra do Garças, hay 4.493 indígenas (IBGE, 2023). Se sabe que el desplazamiento indígena a las ciudades es una decisión difícil para estas personas, quienes tienen formas de vida específicas en sus territorios. La investigación es cualitativa, cuya metodología es el estudio de caso y el trabajo de campo, con entrevistas y registros fotográficos, los cuales fueron procedimientos metodológicos fundamentales. La investigación reveló la insatisfacción del Pueblo Xavante con los servicios públicos ofrecidos por los gobiernos: municipal, estatal y federal, así como el prejuicio de los pueblos no indígenas hacia los Xavante, quienes viven en condiciones habitacionales precarias, víctimas de la segregación de espacios públicos.

Palabras-clave: *pueblo Xavante; indígena urbano; políticas públicas.*

Introdução

Os povos originários no Brasil, ao longo da trajetória histórica desse país, não tiveram um reconhecimento significativo, nem do Estado e nem da sociedade, que ofuscaram e reprimiram a sua cultura. Os seus territórios sempre foram alvos de ataques, causando dispersão e genocídio de muitas etnias. O poder econômico, desde a exploração do pau-Brasil, da mineração, do café, da extração da borracha, do plantio de grãos e da criação de bovinos sempre ambicionou e ambiciona as terras indígenas.

Diante dessas investidas, os povos originários ficaram reféns do descaso e do abandono por parte do Governo Federal, visto que as ações de governo como políticas públicas não são direcionadas de forma adequada e suficiente para eles. Nesse sentido, em pleno século XXI, os indígenas estão em uma situação caótica, de modo que sua vida e



território continuam ameaçados e, em decorrência desses fatos, muitos estão deixando suas aldeias para viver na cidade, em busca de condições melhores.

O povo Xavante, sujeito da presente pesquisa, se auto se denomina *a'uwe* (gente) e forma, com os Xerente (autodenominados *Akwe*), do estado do Tocantins, um grupo etnolinguístico conhecido como *Acuen*, da família linguística Jê, do troco Macro-Jê.

O território Xavante localiza-se no Planalto Central brasileiro, entre o Rio das Mortes e os formadores do Rio Xingu, no leste do estado de Mato Grosso. É sabido que existem vários grupos Xavante que, embora partilhem de uma única organização social, apresentam históricos de contato e modos distintos de interação entre si e com outros segmentos da população.

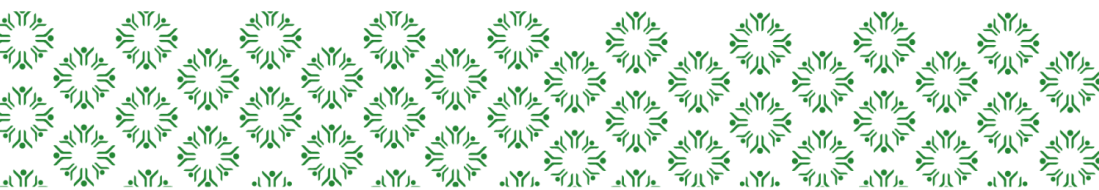
Conforme dados do IBGE (2022b), a população Xavante é de aproximadamente 28 mil indígenas, distribuídos em cerca de 165 aldeias Xavante. Está espacializadas em 09 (nove) terras indígenas no estado do Mato Grosso: Areões, Sangradouro, Marechal Rondon, *Parabure*, Pimentel Barbosa, São Marcos, Chão Preto, *Eterãorebere*, *Ubawawe*.

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a situação socioeconômica e cultural de indígenas do povo Xavante que vivem na cidade de Barra do Garças-MT (as terras indígenas mais próximas da cidade são Sangradouro, Areões e São Marcos). No estado de Mato Grosso, a população indígena segundo o IBGE (2022a) é de 58.231 e, no município de Barra do Garças, de 4.493 indígenas (IBGE, 2023).

A metodologia foi o estudo de caso que é uma metodologia de pesquisa que parte da totalidade para a especificidade. Nesse caso, o tema amplo é a situação sociocultural e econômica dos Indígenas Urbanos no Brasil, portanto, a presente pesquisa estudou a realidade dos indígenas urbanos que vivem em Barra do Garças (MT).

A abordagem é qualitativa, pois, permite estudar com mais profundidade as subjetividades dos sujeitos envolvidos na pesquisa, sobretudo quando esses têm cultura e modos de vida específicos. Nesse contexto, ela também é fundamental para a leitura de realidades e contextos experienciados e vivenciados por diferentes povos e grupos socioculturais distintos.

A pesquisa teve início em 2021 no final da Pandemia da Covid-19, desse modo, os procedimentos metodológicos foram compostos por conversas no formato remoto (virtual)



pelo *google meet*, *watssApp* e ligações telefônicas. Pela falta de possibilidades de coleta de dados, a pesquisa precisou ser prorrogada. Em 2022, iniciou-se as entrevistas. Participaram das entrevistas 10 (dez) indígenas e 16 (dezesesseis) não indígenas. A dissertação, por sua vez, foi defendida em 2023, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), câmpus Cora Coralina.

Povo Xavante: território, cultura e vida

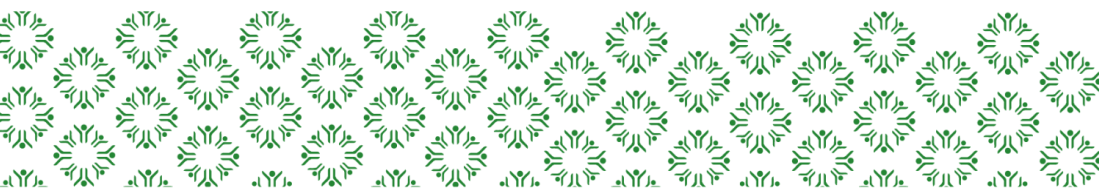
O território Xavante é marcado pela presença do Cerrado, que desempenha um papel crucial para sua sobrevivência nos aspectos socioculturais, seja na caça, na pesca e na coleta de frutos, atividades centrais para a vida indígena. Os primeiros contatos dos Xavante com os não indígenas ocorreram no século XVIII, marcados por intensos conflitos. A resistência desses povos às tentativas de colonização e integração é um importante aspecto de sua história (Coimbra Jr., 1987). Além disso, para Ravagnani (1991, p. 53):

Os registros mais antigos que mencionam os Xavante datam da segunda metade do século XVIII, e situam-nos na então província de Goiás. Um primeiro momento, marcado por grande violência, corresponde à presença de expedições que visavam ao apresamento dos índios. Nesse período, chegavam em Goiás missionários que buscavam capturar índios para povoar suas missões. Para os Xavante, inicia-se uma história documentada de fugas, e submissões marcada pela condição de transitoriedade em relação aos territórios habitados.

Os Xavante se dividem em dois clãs (ou duas metades): *Owawe*, com significado de “rio grande”, e *Poredza'õno*, que representa “girino”, que são complementares. De acordo com Castilho (2018), Os Xavante valorizam muito a aliança entre as famílias, os casamentos acontecem entre membros de clãs diferentes. Mantem tradições vivas e práticas que fortalecem a cultura, para festas e ou rituais, costumam pintar o corpo, participam de danças, corridas, rituais que foram transmitidos pelos ancestrais, tem o cabelo cortado, o corpo pintado de urucum e carvão, e sempre que um parente morre, a família toda, inclusive as crianças, raspam a cabeça, em sinal de luto e respeito.

A pedagogia Xavante se estabelece em um sistema educativo próprio do nascimento até a velhice.

Os Xavante são cuidadosos para com as crianças quando nascem. Primeiramente, são as avós maternas e paternas que dão a sua ajuda ao novo



bebê. Como a criança e a sua mãe moram na casa da sua avó materna, a avó paterna sempre irá ver o bebê quando puder, para dar assistência à criança recém-nascida até a mãe se recuperar. E a avó materna vai instruindo e dando uma mão também no cuidado da criança, para que a nova mãe aprenda junto com ela. E a filha que deu à luz ao seu bebê, por estar morando na casa da mãe, aprende e também cuida. Assim, as duas avós vão auxiliando a nova mãe no novo trabalho que está assumindo com responsabilidade e com o cuidado da criança para que ela cresça com saúde que é importante para toda a família Xavante. E depois toda a comunidade se responsabiliza na educação (Tsi'ruí'a, 2012, p.156).

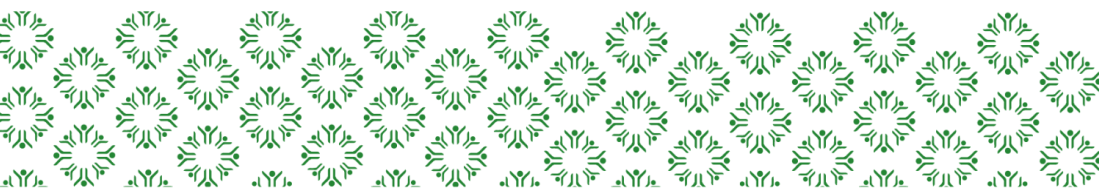
Os ensinamentos para as crianças são realizados pelos seus pais dentro de casa.

Entre os Xavante, os primeiros educadores são os pais juntamente com os avós paternos e maternos e, aos poucos, vai estendendo com os tios do mesmo clã, enquanto as crianças estão mais voltadas para a sua família do mesmo clã. Durante a fase de *wapté* toda a comunidade se preocupa com a educação dos adolescentes até a fase de *'ritei'wa*, pois essas duas fases são importantes na vida dos Xavante, porque é o momento de aprendizagem da cultura e tradição vivencial. A última fase da educação é *pós-danhoui'wa*, que chama de *predzamroi'wa*, que é considerado já *ipredu*, homem adulto. A formadora desses *predzamroi'wa* é a comunidade da aldeia. A comunidade é que incentiva para aconselhar os seus afilhados *'ritéi'wa*. Quando os *'ritéi'wa* não andam de acordo com a norma da aldeia, a comunidade cobra desses *predzamroi'wa* (Tsi'ruí'a, 2012, p. 156).

Conforme Tsi'ruí'a (2012), os meninos aprendem com as falas, momentos antes da realização de eventos como a luta composta pelo *oi'ó*⁴. Antes dessa fase as orientações recebidas são feitas pelas comunidades formadoras. As crianças imitam seus pais com gestos como forma de ensinamento, ou seja, uma pedagogia própria Xavante. Aponta Tsi'ruí'a (2012, p. 166), que “[...] os pais passam suas experiências, seus conhecimentos para poder educar. O ensinar começa dentro de casa com a fala, o dançar, o fabricar materiais, no caso dos meninos, arco e flechas também”, ressalta ainda que:

São os pais dos meninos que ensinam a lutar com o *oi'ó*. Dentro de casa antes de se enfrentarem oficialmente, o pai o pinta com a pintura tradicional. Dentro de casa, todos os pais ensinam como devem bater, onde bater, como segurar o *oi'ó*. Nessa hora, os pais argumentam muito com os filhos para terem que se sacrificar se quiserem ganhar a luta, bater duramente e com bravura e sem intenção de ferir. Em cada família, os pais que têm filhos, a partir de um até 12 a 13 anos de idade, pintam os meninos, antes de lutarem entre si com o *oi'ó*. Os pais também providenciam aos seus filhos suco

⁴ A luta de *oi'ó*, é um enfrentamento entre meninos da mesma idade defendendo o seu clã que pertence na arena, em público, mostrando a sua masculinidade e coragem. É um momento muito curto onde aprendem a respeitar o seu adversário.



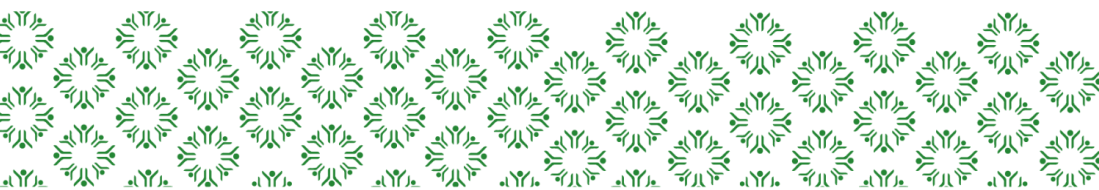
amargo de raiz do mato paratomarem antes da luta para ajudar a encorajar. Quando os meninos são *ai'repudu* ficam na casa da mãe e os lugares feitos para dormirem, é lá mesmo, perto dos pais. Os meninos dormem separados das suas irmãs. Isso quando os meninos estão se preparando para se tornar *wapté*. Mas enquanto não são, ficam dormindo nas suas casas. Antes de ser *wapté*, o *ai'repudu* sempre vai acompanhar o pai nas suas atividades, ele não pode mais viver como quer e deve viver sempre em sua casa. O pai vai aconselhando para a vida futura. O pai vai chamando atenção para quando se tornar *wapté*, for mais comportado, respeitoso para com os seus colegas, os padrinhos e velhos queirão algumas vezes ficar com eles na *hö* (casa) dos *wapté*. A conversa já se antecipa muito antes, o pai aconselha sempre. O *ai'repudu* tem que saber algumas normas que os *wapté* farão. O avô paterno, quando tem alguma festa tradicional se propõe a tecer as cordinhas próprias dos *wapté*. Quando está se preparando ele não pode mais andar brincando com os meninos vizinhos da casa (Tsi'ruí'a, 2012, p. 166).

Tsi'ruí'à (2012, p. 3) ressalta também, na identidade do povo Xavante, o reconhecimento como povo guerreiro quando entra na fase de *ritéi'wa*, (moços). “[...] Quando os jovens estão nessa fase, assumem culturalmente as suas responsabilidades de estar à frente, de protegerem as suas comunidades.

Parte da alimentação dos Xavante vem do extrativismo, basicamente sendo frutos, cocos e raízes. As raízes são típicas do cerrado e são coletadas ao longo de todo o ano, mas com maior intensidade no início da estação seca, trabalho feito em sua maior parte pelas mulheres. O *Rö* (Cerrado) é a grande escola da cultura e vida do povo Xavante. Sua morte ou desmatamento cotidiano pode colocar a vida indígena, a cultura e seus territórios vulneráveis e ameaçados (Graham, 2001).

Indígenas não separam vida, natureza, cultura e território, todos esses conceitos se fazem em um só corpo-território. Por isso, a preservação do meio ambiente é uma preocupação central para os Xavante e para todos os povos do Brasil, que têm um profundo conhecimento e conexão com a natureza. Para Xisto Tserenhi'ru Tserenhi'mi ([2000]):

O Xavante depende do cerrado e o cerrado depende do Xavante. Os animais dependem do cerrado e o cerrado depende dos animais. Os animais dependem do Xavante e o Xavante depende dos animais. Isso é o *Ró*. *Ró* significa tudo para os caçadores Xavante: o cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais. [...] Antigamente, o *Ró* era assim: havia a aldeia, em volta a roça, em volta as frutas, em volta a caça junto com os espíritos, em volta mais caça e mais caça sempre junto com os espíritos.



O povo Xavante vê a natureza como fonte de conhecimento e sabedoria e, a partir dela, aprende sobre a vida e a morte. Assim, a natureza contribui como fonte de sabedoria, seja no cheiro do rio, dos peixes e nas flores. Nesse contexto, a vida do povo Xavante é dividida em dois períodos: o dia, que começa com o nascer do sol, e a noite, que se inicia com o pôr do sol. Essa divisão é ensinada aos Xavante por meio dos rituais diários (Oliveira; Silva, 2020).

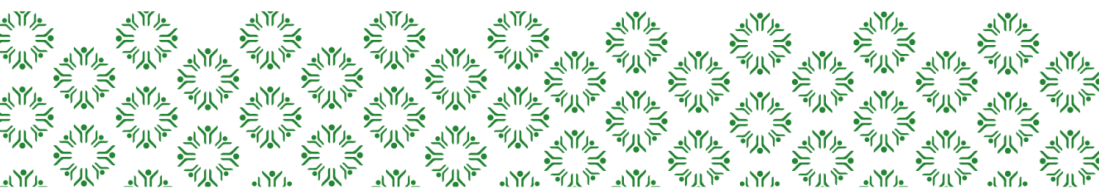
Desse modo, a natureza estabelece a importância central na cultura *A'uwẽ*. O povo Xavante possui uma conexão muito íntima com a natureza, a utilização do consumo de plantas, dos animais, da dieta alimentar é muito importante e foram ensinadas pelos ancestrais para todas as gerações. Os sinais que são dados pela natureza devem ser observados e respeitados. Um dos entrevistados da pesquisa ressalta que:

Cultivamos a terra apenas para usufruto produzindo alimentos para consumo das famílias, e não como uma mercadoria que vários não indígenas fazem, destruindo a mãe natureza em nome do progresso e desenvolvimento econômico trazendo consequências negativas, como: aquecimento global e alterações climáticas. A cidade é um ambiente muito diferente da vida na aldeia, lá podemos pescar caçar, aqui temos que comprar, praticamente tudo (ENTREVISTADO A, 2023).

Portanto, é sabido que as pressões sobre as terras indígenas se tornam, cada vez mais, palco de conflitos na região Centro-Oeste. No estado de Mato Grosso, o agronegócio tenciona uma forte expansão de terras para o plantio das monoculturas, o que ocasiona constantes desmatamentos do Cerrado e exige uma aplicação maior de quantidade de insumos agrícolas para manter a fertilidade do solo.

A implementação dos trechos das rodovias BR 153 e 364 ampliou a dinâmica da logística da produção agrícola. Por meio dela, é escoada praticamente quase toda produção agrícola e de carnes, bem como a entrada de mercadorias. De certa forma, contribui para tornar o estado de Mato Grosso um dos maiores produtores de *commodities* agrícolas no Brasil.

O estado segue a lógica do capitalismo, em que o lucro está acima de tudo, sem nenhuma preocupação socioambiental, o que está levando a uma situação caótica, no que diz respeito aos territórios dos povos originários. O desmatamento para venda ilegal de madeira e o cultivo de grãos, bem como para pastagens e a mineração, tem aumentado nas últimas três décadas.



O modelo atual de cultivo de monoculturas conta, ainda, com a ajuda dos pequenos aviões para a pulverização das lavouras, cujas aplicações dos pesticidas acontecem, sucessivamente, em uma mesma temporada. Denota-se, a respeito disso, que a baixa qualidade do solo, das águas e do ar, por conta da contaminação de agrotóxicos, também tem contribuído para a insustentabilidade socioambiental dos povos e territórios indígenas. Toda essa conjuntura tornou a população Xavante extremamente vulnerável às consequências da pandemia da covid-19, conforme apontou (Tsoropre, 2022).

Desse modo, está claro que há uma contradição no entendimento, no uso e na apropriação da terra e da natureza, como vimos. Para os não indígenas, a terra possui valor puramente econômico, diferentemente da visão do indígena, para quem é sagrada, e onde são depositadas suas ancestralidades. Essas contradições acabam por ocasionar embates violentos contra os indígenas, em virtude da perversidade do modo capitalista. Silva e Saquet (2022, p. 257) ressaltam que:

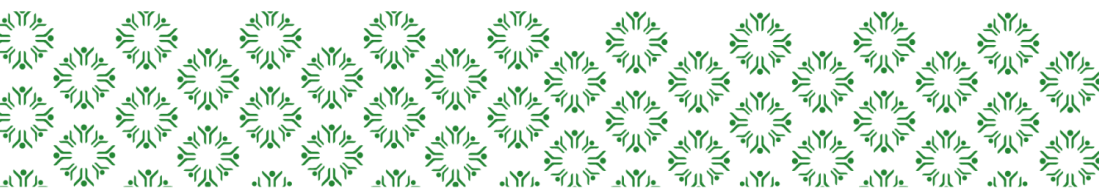
Na perspectiva do capitalismo, natureza é mercadoria, produto, recurso a ser explorado para o lucro e a lucratividade. É justamente essa visão capitalista de apropriação privada e uso da terra que separa a sociedade da natureza: as classes capitalistas se apropriam de forma violenta dos ambientes, territórios e vida de muitas gentes que vivem nesses territórios.

Dessa forma, os indígenas veem a terra como um todo, e o fato de as pessoas terem muita terra serve para dar sentido mais ao ter do que o ser, como relatou o entrevistado C, que relata:

Assim nós lutamos porque nós nascemos com aquela nossa terra mãe né? Vivemos com aquela. E nunca mais e nunca que nós vamos deixar a nossa terra, e nunca vamos vender porque a terra é mais nossa que nós podemos com que, os nossos antepassados mesmo, com a nossa terra assim pela lei. Para nós, a terra faz parte de nós. Vemos a terra não como algo a ser negociado, mas como algo que faz parte da gente.

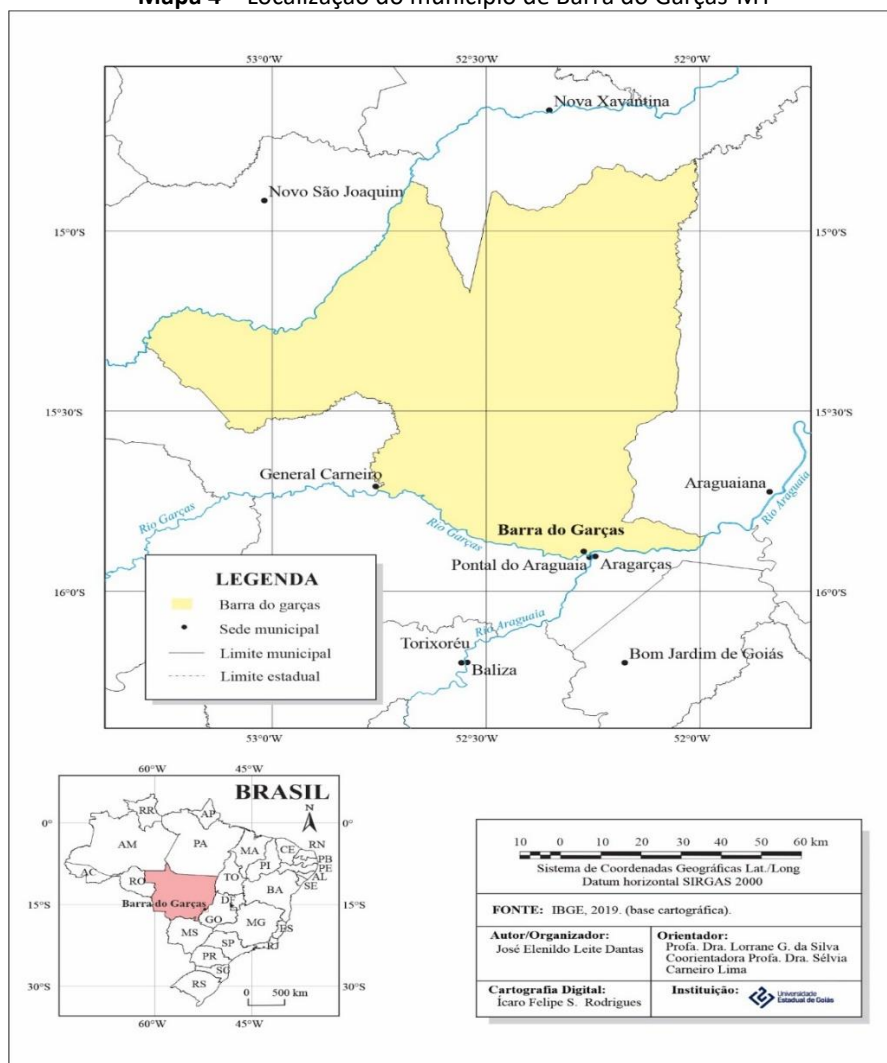
O município de Barra do Garças-MT, *locus* da pesquisa, tem visto o aumento de áreas degradadas nos últimos anos. As áreas verdes ricas em biodiversidade têm dado lugar a pastagens agrícolas extensivas e áreas urbanizadas. Esta expansão ameaça de forma efetiva a dinâmica desse importante ecossistema, criando pressões nas áreas ao entorno da TI.

Situação socioeconômica e cultural do povo Xavante que vive na cidade de Barra do Garças-MT



O município de Barra do Garças- MT está situado no estado de Mato Grosso, como mostra o mapa 01.

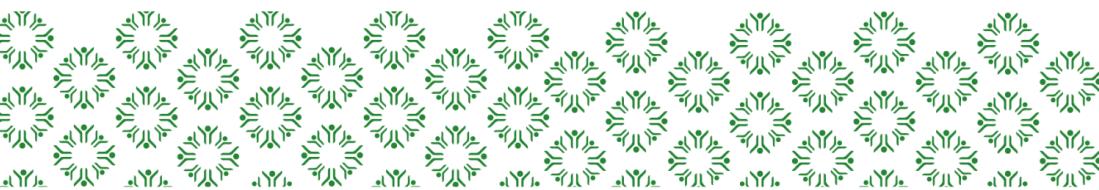
Mapa 4 – Localização do município de Barra do Garças-MT



Fonte: IBGE (2023), Mapbiomas (2023).

Org: autor.

Criado pela Lei n.º 121, de 15-09-1948 (Mato Grosso, 1948), que transfere a sede do Araguaiana para Barra do Garças, com uma área abrangendo 8.761,3 Km², a 510 km de Cuiabá e 520 km de Brasília-DF, conta com uma população de 69.210 habitantes, segundo dados do censo IBGE (2022a). A cidade conta com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de



0,748 (IBGE, 2023). Está às margens dos Rios Garças e Araguaia, e o espaço urbano tem como um dos limites o Parque Estadual da Serra Azul.

A presença indígena nas cidades brasileiras não é um fenômeno novo, ainda assim é visto com surpresa por grande parte da sociedade. Habitar, trabalhar e estudar na cidade tem sido um tanto desafiador para os povos indígenas, uma vez que ainda enfrentam dificuldades para se estabelecer em contextos urbanos, decorrente, em grande parte, da falta de políticas públicas específicas e da garantia de direitos humanos.

O povo Xavante tem uma conexão antiga com a cidade de Barra do Garças-MT, que é, para eles, um centro comercial, educacional e de saúde da região (Casa de Saúde Indígena). Esses, entre outros, são motivos para os deslocamentos e de muitas vezes manter imóveis alugados na cidade. Sobre o assunto, o representante da Rede de Investigações Sobre Indígenas Urbanos, RISIU (2020) argumenta que:

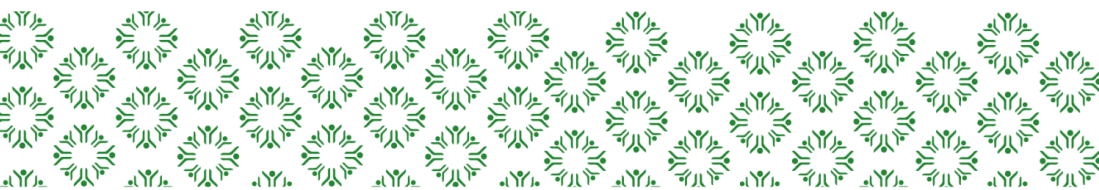
Essa invisibilização não contempla os inúmeros fatores que motivaram o deslocamento desses povos para o contexto urbano. 1) expulsão dos territórios; 2) crescimento das áreas urbanas e a conseqüente aproximação com as aldeias; 3) busca por melhores condições de vida, como trabalho, educação formal, saúde etc. entre outros (p. 20).

Além dos motivos que levam o povo Xavante a morar em Barra do Garças, a pesquisa evidenciou os problemas que eles enfrentam nesses espaços. O Entrevistado B diz: “[...] é inseguro circular pela cidade, a sua liberdade é limitada e tem local específico. Porque alguns bairros não são vistos por causa do comportamento de alguns moradores. A gente vive na aldeia e na cidade a gente tenta sobreviver” (Entrevistado B, 2022).

Portanto, essa não é uma realidade apenas de Barra do Garças, mas praticamente de quase todos os povos indígenas urbanos que vivem no Brasil. Conforme Sousa (2014, p. 127):

Os indígenas, enquanto grupos étnicos diferenciados estão dentre os demais grupos, segundo cor/raça, em situação bastante adversa. Têm como moradia assentamentos precários, nas periferias, com poucos serviços básicos essenciais. A educação formal é restrita e os postos de trabalho são, principalmente, num segmento bastante precarizado nas relações trabalhistas e de baixa remuneração, ou seja, os serviços domésticos.

Além disso, existe um imaginário de que os indígenas recebem muitos benefícios do Estado desde que nascem, por isso, não precisam de mais nada, como bem ressaltou Calçavara (2023):



Se estivéssemos aqui falando de privilégios como desfrutar de uma vida em meio à natureza, estaria tudo bem. Mas não, infelizmente este discurso vem acompanhado da crença de que “índio recebe um salário do governo a partir do momento que nasce”. Pior do que ter tantas pessoas acreditando nisso, é a surpresa que expressam quando descobrem que não. “Não? Mas então, do que vivem?”. Parece impossível acreditar que trabalham e que batalham pelo seu sustento. Ao contrário do que tantos brasileiros acreditam, não existe muita vantagem em ser indígena hoje em dia. Existe sim, muita coragem (S.P).

Além do pensamento de privilégio, falta de informações e respeito, em Barra do Garças, há, ainda, discussões identitárias conservadoras de pessoas que afirmaram em entrevistas que “índio que mora em cidade não é índio”. Por isso, os indígenas são comumente vítimas de preconceito, discriminação. Para o entrevistado A (2022):

O povo tem sim muito preconceito. Por exemplo, tem hotel e restaurante. Onde tem hotel chique, restaurante chique. Pensam que os índios não têm dinheiro, mas a gente está aqui para mudar essa mentalidade, para ter respeito com os Xavantes que moram nessa região.

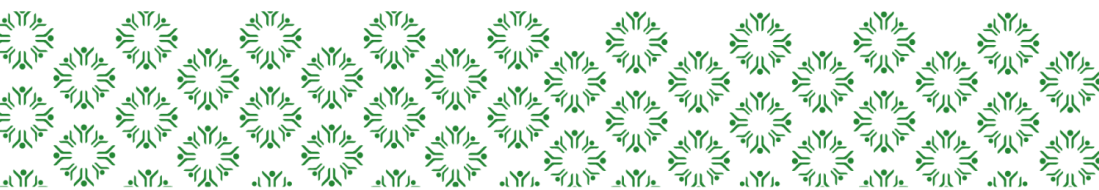
O entrevistado B (2022), considerou que:

Penso que o problema não está comigo quando vejo algumas práticas de discriminação. Penso que a minha alma está tranquila. Porque a alma da pessoa quando não está feliz ou tiver muito problema começa atacar, ou seja, esbanjam a sua raiva e seus problemas com as pessoas indefesas.

O comércio em Barra do Garças, no final de cada mês, é bastante movimentado, uma vez que muitos indígenas se deslocam das suas aldeias, não só de Barra do Garças-MT, como também de Campinápolis-MT, Novo São Joaquim-MT, General Carneiro e de até outros municípios do Médio e Baixo Araguaia para fazerem suas compras, principalmente o básico. Também é comum observar a postura de comerciantes que tratam os indígenas com preconceito. Existem espaços na cidade, por exemplo, que os indígenas não frequentam por medo de sofrer maus-tratos.

Com tudo isso, fica evidente que, se aqueles que vão à cidade de mês em mês, já enfrentam essa situação difícil do preconceito, isso se intensifica para os que vivem na cidade, estudam, trabalham ou fazem tratamentos de saúde. Em decorrência desses fatos, é comum encontrar indígenas acobardados, sentados nas praças, bêbados e deitados nas calçadas.

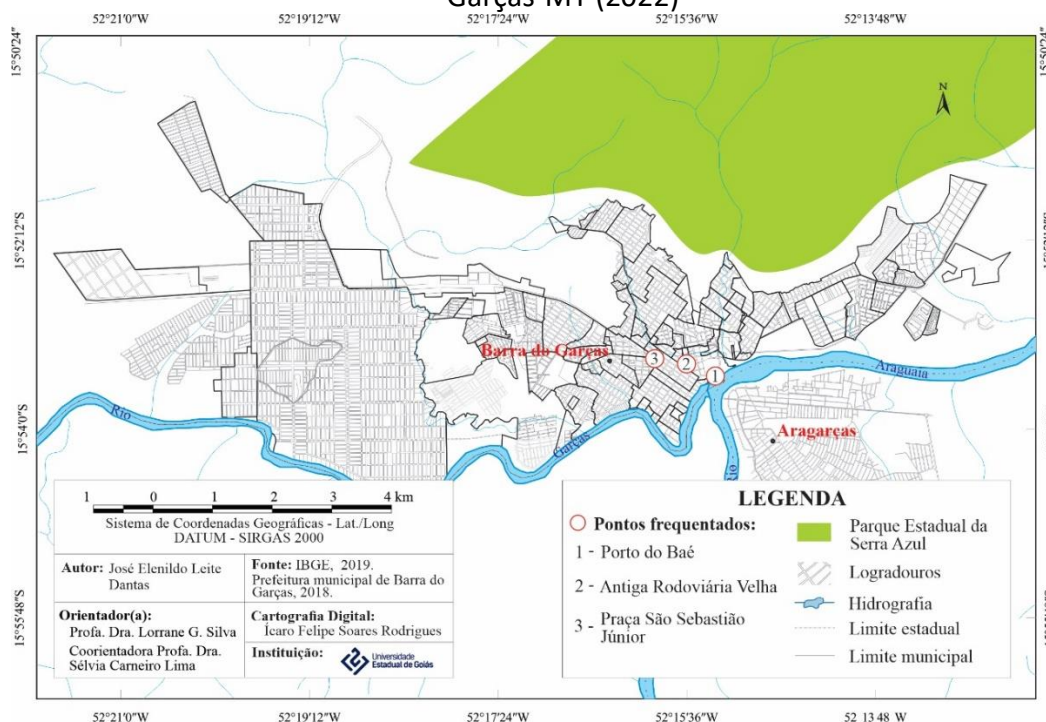
Em suas residências, sofrem com preconceito da vizinhança, são taxados de sujos, feios e até mesmo de ladrões. Essa triste realidade não é nova em Barra do Garças. Nas décadas de 1940, 1950 e 1960 foram massacrados pelos colonizadores. Segundo Ribeiro (2016, p. 144),



“[...] limpar o sertão daquilo que não prestava, isto é, de índios e de posseiros pobres ainda apegados a uma agricultura rudimentar”. Embora o autor se refira as áreas rurais da época, isso pode ser aplicado em 2023, no contexto urbano.

A pesquisa mapeou quais os locais da cidade de Barra do Garças mais frequentadas pelos indígenas do que pelos residentes⁵. O mapa 2 mostra o resultado:

Mapa 2 – Principais pontos frequentados pelos sujeitos da pesquisa – Barra do Garças-MT (2022)



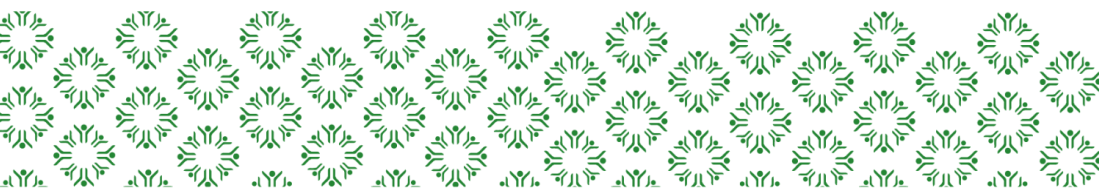
Fontes: IBGE (2023)

Organizado: Autor

Infelizmente, são os pontos menos frequentados pela maioria dos moradores locais e são vistos como periféricos e pobres, conforme relatos dos 16 entrevistados não indígenas.

Figura 1 – Locais em Barra do Garças mais frequentados pelos indígenas do povo Xavante

⁵ Ressalta-se que, mesmo residindo em cidade, os indígenas mantêm vínculos com suas aldeias, indo com frequência para festas, rituais, encontros, reuniões, entre outras atividades.



Fonte: Autor

A imagem 2, da antiga rodoviária, mostra um espaço com prédios abandonados, com a presença de hotéis de baixo custo, local de encontro dos indígenas. Muitos Xavante, quando chegam da aldeia, se hospedam nesses hotéis. Logo, é comum encontrá-los nas proximidades, sentados nas calçadas. A antiga rodoviária é conhecida na cidade como um lugar “desprezível” por boa parte da população, que também afirma que os Xavante são vagabundos.

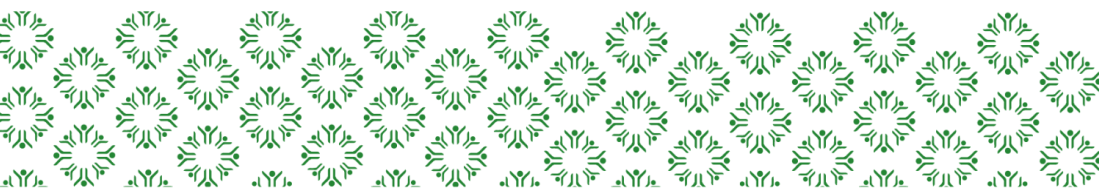
A imagem 3 é o parque Salomé José Rodrigues-Porto do Baé, espaço que fica às margens do rio Araguaia, local reservado para shows e eventos, ponto de encontro na cidade nos finais de tarde e noite, com muitos bares, que costuma receber turistas durante a temporada do mês de julho. Embora o Porto do Baé seja um local turístico, não tem recebido do poder público municipal a atenção devida, principalmente no que se refere à

⁶ Proximidades da rodoviária Velha.

⁷ Porto do Baé.

⁸ Praça Sebastião Alves Júnior.

⁹ Praça das mães.



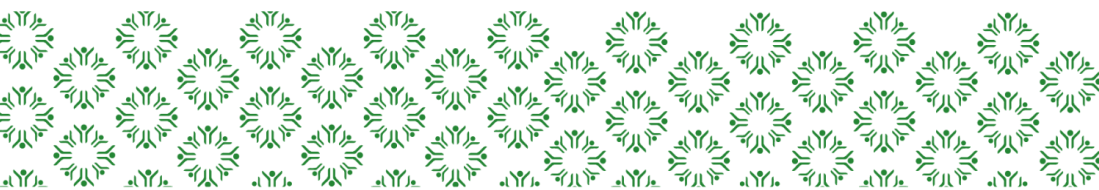
infraestrutura. O local está abandonado, com muitos buracos e estruturas apresentando rachaduras. Existe uma grande concentração de indígenas, juntamente com pessoas em situação de rua.

O grande número de pessoas que transitam nos finais de semana e feriado no Porto do Baé faz do local um dos principais pontos turísticos da cidade. Há aqueles que reclamam da presença dos indígenas, principalmente os donos de bares, restaurantes e similares. Isso demonstra que esses espaços não são destinados aos povos indígenas e pessoas em situação de rua, mesmo vivendo em um país democrático, ainda têm muitas restrições, quando o assunto são espaços públicos. Essa segregação espacial presente no Porto Baé é uma triste realidade, que pode ser observada em outros pontos da cidade.

A imagem 04 é a praça Sebastião Alves Júnior, no centro de Barra do Garças, onde é comum os indígenas estarem entre as pessoas em situação de rua (existem indígenas em situações de rua), e, na maioria das vezes, são confundidos com esses outros grupos de pessoas. Também é usada como local de embarque e desembarque quando vão ou vem das aldeias. É comum encontrar indígenas nos restaurantes das proximidades, lembrando que são estabelecimentos que não costumam ser frequentados por não indígenas. Portanto, existe, de fato, uma separação, entre indígenas e não indígenas nos espaços da cidade de Barra do Garças.

A imagem 05 é a Praça da Mães, frequentada diariamente pelos indígenas. À noite, é possível encontrar vários deles sentados nos bancos, tendo em vista que, nas proximidades existem muitas residências alugadas por eles. No final dos anos 1990, essa praça era frequentada por moradores em situação de rua. Em 2012, a praça foi revitalizada, uma academia ao ar livre foi montada e, nos períodos matutino e vespertino, muitas pessoas comparecem para fazer os seus exercícios diários. No período noturno, os indígenas moradores das proximidades se fazem presentes, pois os Xavante não têm o costume de ficar dentro de casa à noite. Quando estão na aldeia, geralmente, eles vão para o centro dela.

Infelizmente, em todos os espaços pesquisados notou-se a presença do alcoolismo, um grave problema para os povos indígenas, pois ocasiona dependência, brigas e, muitas vezes, faz perderem o pouco que têm. Há poucas campanhas e orientações no âmbito da saúde indígena sobre esse e outros problemas como a prostituição e o suicídio.



Portanto, além da constituição de 1988, que representa um marco histórico na proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil, com Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em âmbito internacional, passa a ser incorporada ao plano nacional de proteção aos direitos indígenas, tornando o que há de moderno no que se refere à legislação da proteção aos povos indígenas (Brasil, 1988). Vale destacar que, mesmo com os avanços constitucionais, os povos indígenas ainda enfrentam muitos desafios. Além disso, é frequente serem alvos de ataques e violações por aqueles que deveriam zelar pela proteção seja em seus territórios ou em cidades.

Apesar de tudo o que o povo indígena Xavante sofre, assim como todos os 305 povos indígenas que vivem no Brasil, eles resistem, como disse um dos entrevistados:

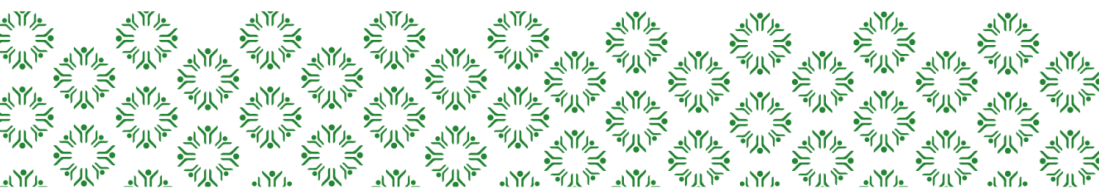
Ser indígena é estar preparado para enfrentar os novos desafios no mundo em que estamos inseridos, atuando em defesa de nossas comunidades contra o sistema opressor neocolonial e capitalista, que insiste em apagar nossas histórias e nossas raízes culturais que praticamos. Durante vários séculos já houve epistemicídio com os povos originários, imposição da cultura dominante, da burguesia capitalista. Ser indígena é trabalhar em favor da preservação e conservação da natureza por ser uma fonte de vida humana, que garante sobrevivência física e cultural para a humanidade (ENTREVISTADO A, 2023).

Essas falas sustentam as lutas, fortalecem as lideranças, e deixam claro que resistir sempre foi a única opção que os povos indígenas tiveram no Brasil. Desde o registro de sua presença, esses povos, são pressionados, exterminados e invisibilizados, como sujeitos de direitos. Enquanto isso, não indígenas matam o país aos poucos, acabando com a natureza e a casa de todos.

Considerações Finais

O fenômeno dos povos originários em áreas urbanas, apesar de não ser um fato recente, tem se apresentado um tanto desafiador. Durante a pesquisa, observou-se a falta de moradia adequada para muitos deles, bem como a ocorrência frequente de discriminação e racismo, devido à sua identidade e origem. Isso foi constatado por meio das entrevistas, nas quais relataram terem recebido tratamento diferenciado em estabelecimentos comerciais, refletindo o preconceito arraigado na sociedade nas duas cidades.

Um aspecto que merece destaque é a percepção equivocada de que os povos originários não possuem condições financeiras para frequentar determinados espaços



comerciais. Essa visão preconceituosa, por vezes, resulta em exclusão e limitação de acesso a bens e serviços essenciais. No levantamento de campo, foi registrada a dificuldade em frequentar certos espaços, não por questões pecuniárias, mas pela condição em ser considerado indígena.

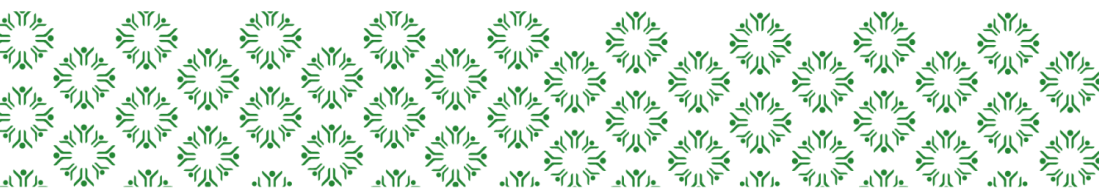
É importante ressaltar que algumas pessoas ainda defendem a falsa ideia de que os povos originários têm mais benefícios por parte do governo do que as pessoas consideradas não indígenas. Essa visão distorcida é resultado de estereótipos arraigados na sociedade e reflete a falta de conhecimento sobre as realidades enfrentadas pelos povos originários em áreas urbanas. Portanto, é fundamental promover a conscientização e a educação para combater esses equívocos e construir uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Tanto o Governo federal como o estadual ainda não possuem uma política voltada para os povos originários em áreas urbanas. O serviço de atendimento à saúde, por questões meramente burocráticas, se restringe ao atendimento aos povos residentes nas aldeias. Os que moram em áreas urbanas, ao darem entradas nos serviços, não são registrados como indígenas nos prontuários, por serem residentes da cidade. No entanto, é necessário um esforço conjunto da sociedade para garantir a efetividade de políticas inclusivas, que possam combater os preconceitos arraigados e promover a igualdade de oportunidades.

Na realização das entrevistas, percebeu-se que, referente ao serviço de Educação ofertado pelo estado, percebemos a resistência de alguns professores em adotar uma postura acolhedora e inclusão em relação ao estudante indígena. Ressaltamos que o Estado tem a incumbência de garantir que todos os estudantes, independentemente da sua origem cultural, tenham acesso a uma Educação de qualidade, que respeite e valorize a sua diversidade.

Se os indígenas tivessem, em suas terras, todas as condições necessárias para viver, eles sairiam delas? Aliás, será que todos os povos que vivem em cidades têm terras indígenas, ou essas propriedades já foram deles roubadas? Migração, deslocamento ou expulsão?

Os gestores das cidades precisam, mais que urgentemente, rever os direitos de todos os grupos e sujeitos sociais que ali vivem. O direito à cidade só estará garantido quando a diversidade e identidade cultural de todas as pessoas for acolhido por ela. Nesse cenário, compreende-se a importância da consolidação do movimento indígena organizado, que tem desempenhado um papel fundamental na manutenção e na conquista de direitos como uma



forma de resistência ao sistema capitalista, que, ao longo da nossa história, espoliou as terras indígenas, no sentido de explorar e expulsar os verdadeiros donos de seus lugares de origem.

É urgente pensar em um projeto de cidade como bem comum, com participação coletiva, que reduza privações e exclusões de todos os sujeitos que nela vivem.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2022.

CALÇAVARA, L. B. *As 10 mentiras mais contadas sobre os indígenas*. Cuiabá: Gesta UFMT, 2023. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/as-10-mentiras-mais-contadas-sobre-os-indigenas/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

CASTILHO, I. Visita aos Xavante, povo guerreiro e sonhador. *Combate Racismo Ambiental*, [S. l.], 18 abr. 2018. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2018/04/18/visita-aos-xavante-povo-guerreiro-e-sonhador/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. O sarampo entre sociedades indígenas brasileiras e algumas considerações sobre a prática da saúde pública entre essas populações. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 22-37, mar. 1987. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1987000100004>.

GRAHAM, L. X. Povos indígenas no Brasil. 2021. *Instituto Socioambiental*, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xavante>. Acesso em: 5 out. 2023.

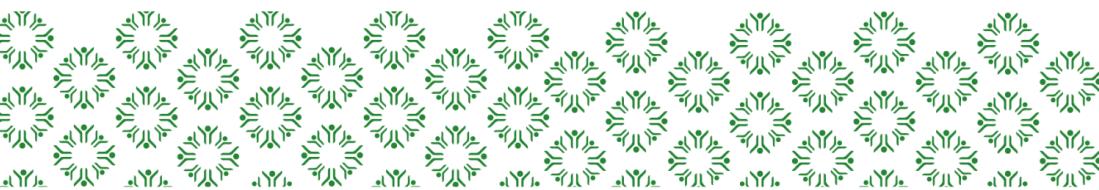
IBGE. *Barra do Garças*: população. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-garcas/panorama>. Acesso em: 13 set. 2022.

IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 13 set. 2022.

IBGE. Indígenas: gráficos e tabelas. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2>. Acesso em: 13 set. 2023.

MAPBIOMAS. *Cidades*. São Paulo: Mapbiomas, 2023. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 13 set. 2023.

MATO GROSSO. *Lei n. 121, de 15 de setembro de 1948*. Dá nova redação ao município de Araguaiana. Cuiabá: Assembleia Legislativa, 1948. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-121-1948-mato-grosso-da-nova-denominacao-ao-municipio-de-araguaiana>. Acesso em: 27 ago. 2024.



OLIVEIRA, M. F.; SILVA, B. A. da. As disputas simbólicas entre Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) no contexto da marcha para o oeste. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 25, n. 1, p. 166-186, jul. 2020. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/15634>. Acesso em: 15 set. 2023.

RAVAGNANI, O. M. *A experiência Xavante com o mundo dos brancos*. Araraquara: UNESP, 1991.

RIBEIRO, H. S. *Geopolítica e memória: uma discussão do processo de desenvolvimento*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

RISIU – REDE DE INVESTIGAÇÃO SOBRE INDÍGENAS URBANOS. *Indígenas em contextos urbanos no Brasil e os impactos da pandemia da covid 19*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.

Disponível em:

https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/3448/1/CP7_20220.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

SILVA, L. G.; SAQUET, M. A. Povos Indígenas do Brasil: a emergência de uma história e geografia decolonial. In: QUINCHÍA, R.; SULLY, M. S.; LÓPEZ, M. A. *Retos contemporáneos de los estudios urbano-regionales*. Medellín: Sello Editorial Tecnológico de Antioquia Institución Universitaria, 2022. p. 274.

SOUSA, N. M. B. Os indígenas e o direito à cidade: negação e invisibilidade em Manaus (AM). *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 115-130, 2014. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15085>.

TSERENHIMI'RAMI, X. T. Oró. [Entrevista cedida a] Instituto Socioambiental. In: TOP'TIRO, A.; TSERETSU, T. D. *Tsõ'Rebtõñã ró hã: salve o cerrado*. Tradução de Hipãridi. Barra do Garças: Associação Xavante Warã, [2000]. Disponível em:

<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/XVD00229.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

TSI'RUI'A, A. T. *A sociedade Xavante e a educação: um olhar sobre a escola a partir da pedagogia Xavante*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2012. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8239-a-sociedade-xavante-e-a-educacao-um-olhar-sobre-a-escola-a-partir-da-pedagogia-xavante.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

TSOROPRE, C. T. *Pandemia da covid-19 para o povo Xavante da aldeia de São Marcos (MT): relatos de uma liderança indígena*. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2022. Disponível em: <http://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/1306>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Recebido em: 10/09/2024

Aceito em: 10/10/2024